

## **ESTADO NOVO E COLABORAÇÃO ESTUDANTIL NA MANUTENÇÃO DA ORDEM SOCIAL E POLÍTICA DE FORTALEZA**

Altamar da Costa Muniz.

Este trabalho estuda as relações sócio-históricas do Centro Estudantal Cearense nos anos de 1931 a 1943, com ênfase no chamado Estado Novo (1937-1945). Analisa-se esta entidade enquanto instrumento de organização e reivindicação de setores médios urbanos, que perceberam na conjuntura histórica em que viviam as oportunidades de ascensão social. Estuda-se a postura que sua direção assumiu frente a questões políticas nacionais e locais, bem como suas práticas, discursos e visões de mundo implícitas em seus documentos e declarações públicas, para perceber seu papel na construção e na reprodução de um imaginário estudantil ordeiro, patriota e colaborador “exemplar para um novo Brasil”.

### **MITOS E DESMISTIFICAÇÕES**

O movimento estudantil brasileiro ao longo de sua história, criou mitos em torno do caráter de suas práticas. Alguns destes, caracterizam-no como contestador, idealista, livre de compromissos que o impedissem de lutar por causas e utopias igualitárias e libertárias. Segundo esta mística, seria algo inverossímil, a colaboração destacada de uma entidade estudantil, numa política governamental autoritária que despoltizava movimentos sociais, tornando-os instrumentos de preservação da ordem.

Porém, isto ocorreu no período de 1931-1945, no Estado do Ceará, quando tal movimento foi hegemonizado pelo Centro Estudantal Cearense que aglutinava os secundaristas e universitários do Estado.

Seu surgimento deu-se no dia 11 de agosto de 1931, em Fortaleza. Segundo seus estatutos tinha a finalidade de “congregar todos os estudantes, trabalhando pelo seu aperfeiçoamento moral, social, eugênico e intelectual”. Reproduzia a experiência de uma outra entidade, a Casa do Estudante do Brasil, fundada em 13 de agosto de 1929 no Rio de Janeiro, e que segundo Poerner, tinha um caráter recreativo e assistencialista. Com o governo Vargas, a CEB passou a receber subvenções do governo central, conquistando uma grande influência junto ao estudantado carioca.

*“Realizava quermesses e torneios esportivos mantendo-se sempre, nessa faixa inofensiva e inócua, na base de eleições de Rainha dos Estudantes e etc<sup>1</sup>”*

---

<sup>1</sup> POERNER, Artur. O Poder Jovem. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 2ª edição. 1979. p.143.

Posteriormente, entidades semelhantes surgiram em cidades do Nordeste como Natal, João Pessoa e Teresina, sendo Fortaleza, ao que parece, a pioneira e modelo desta forma de organização no Norte e Nordeste.

A ligação estreita do CEC com a CEB, fica evidente quando constata-se que o interventor do Estado chamava-se Roberto Carneiro de Mendonça, irmão de Ana Amélia Carneiro de Mendonça, presidenta da CEB. Esta inclusive, esteve presente à inauguração da Casa do Estudante Pobre do Ceará – fundada pelo CEC em 1933.

Um dos fundadores do CEC, Raimundo Arruda, num livro autobiográfico, atribuiu a criação do CEC:

*“a uma idealização de jovens sequiosos de conhecimento. Um Centro que aglutinasse a todos que se interessassem pelo aperfeiçoamento intelectual, científico e jurídico, principalmente daqueles egressos do interior de outros Estados circunvizinhos, carentes de meios materiais, para que realizassem seus ideais”<sup>2</sup>.*

A visão exposta por Raimundo Arruda, explica a fundação da entidade como algo espontâneo, iniciativa de jovens carentes de recursos e oriundos do interior, visando concretizar anseios de crescimento intelectual e científico, obstaculizados por uma política educacional até então elitista e sem nenhuma assistência às classes menos abastardas. Coloca a instalação da entidade no contexto do “crescimento sócio-cultural e populacional de Fortaleza”, secundarizando as divergências ideológicas constatadas nesta pesquisa, no ato de sua gênese. Para ele “reinava a harmonia e o respeito às idéias dos companheiros” que seriam a “atuação na defesa dos direitos da classe estudantil”<sup>3</sup>.

Um estudioso do movimento estudantil cearense, Bráulio Ramalho, em sua dissertação de mestrado, aponta a fundação do CEC como a ação de:

*“militantes do Centro Liceal de Estudos, que concluíram após reuniões e debates, ser necessária a criação de uma entidade estudantil de objetivos mais amplos – ao invés dos grêmios até então existentes, de finalidades meramente literárias – que reunissem a totalidade da categoria e que chamassem a si a realização de empreendimentos maiores que a de revelar a vocação beletrista e de rememorar uma ou*

---

<sup>2</sup> ARRUDA, Raimundo. Memórias de um menino. Fortaleza. Ed. O Povo s/a 1986. p.37.

<sup>3</sup> Id. Ibid.

*outra data cívica. Imbuídos desta visão e aliados aos estudantes de outros colégios, fundaram o CEC”<sup>4</sup>.*

As duas análises citadas dão uma idéia do CEC, como uma forma de organização para assegurar e conquistar melhores condições de vida para os segmentos estudantis, oriundos das camadas médias urbanas em ascensão, visto que a política *estadonovista* de industrialização, a partir das substituições das importações, demandava a ampliação da oferta da mão-de-obra especializada potencialmente encontrada naqueles setores.

Noutros discursos, entretanto, percebem-se dados que permitem dar outro enfoque a esta questão.

O Instituto Histórico do Ceará, no ano de 1939, editou uma revista chamada *O Ceará*. Esta, fazia exaltações às personalidades e entidades do Estado. Num dos artigos, há um espaço para o Centro Estudantal Cearense. Dizia:

*“Os estudantes cearenses precisavam ter associação representativa, para que seus interesses fossem definidos com mais entusiasmo e eficácia. Urgia pôr termo àquela desordem pernicioso e improdutivo como todas as desordens”<sup>5</sup>.*

Bráulio Ramalho, também destacou outro ponto que desperta algumas interrogações:

*“Ressalte-se que a criação do CEC não foi tranqüila e pacífica. Os diretores de colégios viam nessa organização um modelo passível de minar o princípio da autoridade. Em decorrência, dificultavam o acesso de membros do Centro aos seus estabelecimentos e proibiam reuniões centristas”<sup>6</sup>.*

Tais indicações parecem evidenciar que a criação do CEC foi uma forma de antecipar-se e/ou apaziguar movimentos estudantis mais radicais que germinavam. No período de 1930 a 1932, verifica-se nos jornais locais, notícias de manifestações contra a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, do pagamento de taxas e pela conquista de meia entrada nos cinemas, bondes, teatros, ônibus e etc. Tais atos concentraram-se nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Normalmente culminavam

---

<sup>4</sup> RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. As lutas políticas dos universitários cearenses (1964-1968). Fortaleza. Mimeo. Tese de mestrado no programa de pós-graduação em Educação da UFC. 1992. p.22. O Centro Liceal de Estudos, era um grêmio literário do Liceu do Ceará (principal escola pública a época).

<sup>5</sup> GIRÃO, Raimundo e FILHO, Antônio Martins. O Ceará. Ed. Instituto Histórico do Ceará. Fortaleza. 1939. p.43.

<sup>6</sup> RAMALHO, Bráulio. Op.cit. p.22.

em confronto com a polícia e foram bastante explorados pela imprensa conservadora da cidade, principalmente o jornal católico O Nordeste.

Estes fatos dão uma explicação ao medo inicial dos diretores das escolas, frente ao CEC. Estes temores, entretanto, logo foram vencidos quando o caráter assistencialista e colaborador da nova entidade evidenciaram-se. Já no ano de 1932, foi possível encontrar nos periódicos locais, notícias de festividades do CEC apoiadas pelos mesmos dirigentes.

De qualquer forma é inegável que a fundação do CEC, estava ligado à conscientização do momento propício para as aspirações arrivistas e corporativas dos estudantes. A cidade e a sociedade, após um ano da *Revolução de 30*, sofrera transformações urbanas, econômicas e políticas<sup>7</sup> como o surgimento do cinema falado, o aumento da densidade populacional - causada pelas ondas migratórias dos sertanejos foragidos das secas - e a implantação dos bondes elétricos<sup>8</sup>. Isto dava a idéia de progresso e de perspectivas de ascensão social que agradavam os estratos médios, mesmo diante da fisionomia autoritária que se configurava nas determinações políticas emanadas do Estado.

O movimento estudantil e o jovem que dele tomava parte eram uma categoria social. Roberto Martins Filho<sup>9</sup>, utilizando-se da conceituação de Nico Poulantzas, afirma que:

*“o movimento estudantil sempre terá uma adscrição de classe – ou seja, acrescentará, juntará e unirá sua condição social nas práticas do espaço acadêmico, do mercado de trabalho e da sociedade”.*

Aprofundando o conceito de categoria social, chama a atenção para o fato dos estudantes enquanto tais, não são grupos à margem ou fora das classes, como tampouco, são como tal, classes sociais<sup>10</sup>.

*“A relação que eles (estudantes) mantêm com o aparelho escolar e as condições particulares de sua atuação política não permitem confundi-los com as classes em que se originam. A sua ação social guarda características peculiares. As categorias sociais a despeito*

---

<sup>7</sup> SOUSA, Simone de. Et alii. Fortaleza: a gestão da cidade. Fortaleza . Fundação Cultural de Fortaleza. BNB-UFC. 1994. P. 51-67.

<sup>8</sup> ARRUDA, Raimundo. Op.cit. p.24 e 25.

<sup>9</sup> MARTINS FILHO, Roberto. Movimento Estudantil e Ditadura Militar. 1964-1968. Campinas-SP. Ed. Papyrus.1987.

<sup>10</sup> Id.pág. 20.

*de pertencerem a diferentes classes sociais podem apresentar à miúdo uma unidade própria*<sup>11</sup>.

Utilizando-se desta teoria tenta explicar as diferentes reivindicações e práticas estudantis, em diferentes momentos da história, demonstrando que o movimento não tem um carácter imutável e invariável com conteúdos e objetivos permanentes. Ele assumirá – dependendo da conjuntura política e da radicalidade alcançada pelas lutas sociais, posições político-ideológicas diversas (conservadora, reformista, revolucionária).

Portanto, a análise sobre o movimento estudantil dá-se através da observação de sua intervenção em conjunturas historicamente determinadas. Só assim seria possível dar conta de suas múltiplas determinações<sup>12</sup>.

No caso do CEC, a condição social do estudante cearense da década de 1930, aliada a conjuntura política, é um bom elemento explicador de suas práticas. Não têm o carácter contestatório dos estudantes universitários da década de 1960. Seus integrantes eram oriundos de estratos médios (muitos deles vindos do interior do Estado, tangidos pelas longas estiagens) e que procuravam ocupar um espaço nas transformações sociais e políticas vividas pelo país,

*“que permitiria uma integração política dessa classe média, ou o reconhecimento pelo sistema político de sua possibilidade de influenciar o processo nacional de tomada de decisões. O sistema educacional foi o local privilegiado de sua integração”*<sup>13</sup>.

Estas questões, explicam o carácter desmistificador que dar-se-á ao CEC neste estudo, que foi apresentando durante muito tempo como uma entidade voltada única e exclusivamente para apoiar os estudantes carentes do Estado, sem nenhum compromisso político-partidário.

### **DISCURSOS APOLÍTICOS, PRÁTICAS ENGAJADAS.**

O que mais desperta a atenção no CEC é a amplitude e extensão de seus propósitos. Nos estatutos, eram expostos como objetivos:

*“congregar todos os estudantes, trabalhando pelo seu aperfeiçoamento moral, social, eugênico e intelectual; auxiliar os estudantes reconhecidamente necessitados; pleitear abatimentos;*

---

<sup>11</sup> Id. Ibid.

<sup>12</sup> Id. Pág. 31.

<sup>13</sup> SAES, Décio. Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo. Ed. T.A. Queiroz. 1985. p.23.

*trabalhar pela difusão do ideal centrista no sentido de unificar sob a sua bandeira todos os estudantes do Brasil*”<sup>14</sup>.

Salta aos olhos uma postura assistencialista, que se preocupava com os aspectos *morais e eugênicos* da formação do estudante, para direcioná-lo num caminho *digno* de sua condição discente, colaborando assim com um dos principais propósitos do Estado Novo: contagiar o discente pelo espírito de confiança nos grandiosos propósitos dos dirigentes e obtendo apoio para seus projetos políticos. Para isto prescrevia uma atuação corporativista a partir de interferimentos *amigáveis ou jurídicos* junto ao poder público.

A leitura do parágrafo 3º, do artigo 03 dos estatutos, revela um considerável entrosamento com as autoridades no controle das condutas estudantis. As cadernetas (espécies de identificação dos associados para terem direito aos abatimentos) expedidas pelo CEC continham as assinaturas do seu presidente, do secretário geral, tesoureiro-geral, além de visada pela Polícia Civil. Trazia nome, estabelecimento de ensino do centrista, curso, naturalidade, idade, residência, data de admissão no quadro social e fotografia. O documento exercia uma função fiscalizadora importante. Aliás, o comprometimento com os órgãos repressores é algo que se destaca e que será explicitado mais adiante.

Ainda no estatuto, encontramos no artigo 10, que trata sobre os deveres dos sócios, uma alínea que determinava a abstenção por completo de apresentar ou discutir assuntos de religião ou de política militante, por ocasião das reuniões<sup>15</sup>. Segundo Bráulio Ramalho, tal proibição teria ocorrido devido à efervescência política existente nos anos 30. Integralistas, comunistas e estudantes com posições de centro, travavam infundáveis e acalorados debates. Visando por cobro à situação, Francisco Arruda (presidente do CEC), em consonância com os grêmios que o acompanhavam, arquitetou este indeferimento<sup>16</sup>. Tal posição, entretanto, dirigia-se para as posições *exóticas* – como se chamavam às idéias socialista à época. A entidade posicionou-se em diferentes momentos, de forma francamente favorável ao Estado Novo e à Igreja. Walter de Sá Cavalcante – diretor do CEC, no jornal da entidade<sup>17</sup>, deixou evidente essa posição. Justificando a proibição das discussões político religiosas afirmava:

---

<sup>14</sup> Estatutos do CEC in Diário Oficial do Estado do Ceará de 12 de janeiro de 1939. p.07.

<sup>15</sup> Id.ibid.p.08.

<sup>16</sup> RAMALHO, Bráulio. Op.cit. p.36.

<sup>17</sup> FOLHA ESTUDANTAL. Agosto de 1935. p. 33-34.

“...o Centro, embora conjunção de indivíduos, mas pessoa jurídica, tem sua posição dentre as outras, não só política, senão também religiosa. A primeira se objetiva em, com a assistência moral, intelectual e material e o alevantamento que proporciona à classe, contribuir eficientemente para que marchem os poderes públicos sem muita dificuldade(...) A segunda se concretiza no respeito à crença de todos”<sup>18</sup>.

O discurso de Walter de Sá Cavalcante explicitava bem a coloração político-partidária do CEC, que entretanto afirmava-se apolítico. Outra confirmação deu-se quando das eleições de 1934 para a Constituinte Estadual.

Francisco Arruda – presidente do CEC por nove anos consecutivos – foi convidado para lançar-se deputado estadual ou vereador pela LEC. Recusou o convite, mas convocou uma assembléia centrista para a escolha de dois nomes, dentre os membros da entidade, para candidatarem-se. Foram escolhidos os nomes de Marcos Botelho (para vereador) e Lourival Corrêa Pinto (para deputado estadual). Ambos, filiaram-se na Liga Eleitoral Católica e elegeram-se. A opção pela LEC é mais uma comprovação pela opção por um projeto político específico.

A LEC foi criada pela Igreja Católica para influir de modo direto na vida política do país. Esta preocupação surgiu pelo fato da Igreja, no período de 30, ter mudado seu estatuto jurídico na sociedade brasileira. Menosprezada pelo Estado laico e liberal da República Velha, passou a prestar concurso espiritual e ideológico ao fortalecimento do Estado e do bloco das classes dominantes, face à ascensão política das classes subalternas. Como não agradasse à cúpula da Igreja a fundação de um partido político, optou-se por uma frente suprapartidária: a LEC. Possuía a finalidade de instruir, congregar e alistar o eleitorado católico, assegurando aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e conseqüentemente, o voto dos fiéis<sup>19</sup>.

Para ser candidato da LEC, o pretendente precisava defender o programa estipulado em dez pontos: promulgação da constituição em nome de Deus; defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência das famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso; incorporação legal do ensino religioso, facultativo nos programas das escolas públicas primárias e normais da União, do Estado e do município; regulamentação da assistência religiosa, facultativa nas

---

<sup>18</sup> Id. P.37. grifo nosso.

<sup>19</sup> BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 30, o Estado Novo e a Redemocratização. in FAUSTO, Boris (coord.). História da Civilização Brasileira, v.11. São Paulo, Ed. Difel . 1986. p.305 e 306.

prisões, hospitais etc; liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos, legalmente organizados, tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros; reconhecimento dos serviços eclesiais de assistência espiritual das forças armadas e às populações civis como equivalente ao serviço militar; decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã; defesa dos direitos e deveres da propriedade individual; decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis; combate a toda e qualquer legislação que contrarie, expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica.

No caso do Ceará, a LEC possuía um agravante. Estava vinculada diretamente à Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado – partido fascista – e contava com a presença de Dom Hélder Câmara em seus quadros dirigentes. Como diz José Beozzo:

*“esta militância política da Igreja no seio do Integralismo local, fará com que o Ceará seja o único Estado Brasileiro em que a LEC perca o seu caráter estritamente suprapartidário para se envolver como um partido aliado ao Integralismo e aos coronéis do interior para disputar as eleições de 1933 (para Assembleia Constituinte), 1934 (para Constituinte estadual) e 1935 (eleição indireta para governador ganhas pela LEC)”<sup>20</sup>.*

A luta política do Estado no período inicial da reorganização da vida político-administrativa pós-30, dividia-se entre os tenentes revolucionários e as facções oligárquicas que perderam suas posições de mando político (os decaídos). Os setores tenentistas, pressionaram o governo central pela substituição de Fernandes Távora a quem acusavam de favorecer exclusivamente a seus correligionários. Távora é substituído por Carneiro de Mendonça, “militar, neutro politicamente e estrangeiro” que na perspectiva do tenentismo seria o ideal para garantir o afastamento dos interventores das forças políticas locais. Carneiro de Mendonça, entretanto, irá adotar uma política de relativa “conciliação” com os grupos políticos locais, conseguindo uma estabilidade política e o retorno de setores decaídos à máquina administrativa do Estado.

As eleições para a Constituinte de 1933, onde a LEC elegeu sete dos dez deputados do Estado, provocou a ira dos tenentistas, que debitaram à imparcialidade de Carneiro de Mendonça a derrota do PSD e exigiram a sua substituição “se não por um

---

<sup>20</sup> Id.Ibid. p. 307 e 308



militante do PSD – pelo menos a um homem digno, que lhe seja francamente simpatizante”<sup>21</sup> .

Mendonça foi substituído pelo Cel. Felipe Moreira Lima – aliado das forças tavoristas – que atuou de forma ofensiva na defesa do PSD nas eleições da Constituinte estadual de 1934. A LEC, entretanto, elegeu 17 dos 30 deputados e a maioria parlamentar para eleger Menezes Pimentel como governador nas eleições indiretas do ano seguinte.

Portanto, o caráter político conservador do CEC e sua aliança com os setores eclesiásticos e decaídos, parece bem nítido, apesar das falas pretensamente apolíticas.

### **DEPARTAMENTOS CORPORATIVOS E FACTÓIDES**

Dentro do objetivo de ser a entidade “protetora” e “tutora” dos estudantes, o CEC possuía uma estrutura organizativa ampla, estruturada e eficiente. Sua diretoria executiva era composta de oito cargos que envolviam presidência, secretaria geral, primeira e segunda secretária, tesouraria geral, primeiro e segundo tesoureiro e orador oficial. Havia um órgão acima da diretoria que era o Conselho Superior formado por cinco centristas com mais de dois anos de vida social no CEC, que possuía a função de resolver em segunda instância, as decisões da diretoria, quando recorrido por qualquer sócio; substituir o poder executivo em casos de vacância até novas eleições e convocar assembleias eleitorais. Os dois órgãos eram eleitos diretamente pelos associados e com o mandato de um ano.

Os candidatos a sócios eram apresentados por um “centrista em pleno gozo de seus direitos sociais”. As propostas eram estudadas por uma comissão de sindicância, que se certificava do enquadramento destes aos requisitos dos estatutos e posteriormente encaminhados à tesouraria para serem fichados como novos membros.

O recebimento da caderneta era a oficialização da condição de associado. Antes de recebê-la entretanto, o quase membro deveria fazer o seguinte juramento: “Como estudante, tudo farei pelo CEC, para honra de minha classe e glória futura de minha pátria”<sup>22</sup>.

Tal frase trazia no seu bojo a conotação de que enquanto indivíduo, o estudante nada significaria para a pátria. A condição para contribuir com a “glória futura do país”, estava na participação de um órgão coletivo que objetivasse tal intento a partir da

---

<sup>21</sup> Carta de Juarez Távora a Getúlio Vargas em 09/01/1934 apud SOUSA, Simone de (coord.) História do Ceará. Fortaleza. Fundação Demócrito Rocha, 1994, p. 340

<sup>22</sup> Estatutos do CEC. in Diário Oficial do Estado do Ceará. Janeiro de 1939. pág.7,8

“honra da classe estudantil”. Desenvolvia-se desta forma um sentimento gregário, assumindo o papel de célula de um órgão que contribuiria para o pleno desenvolvimento do corpo social do CEC e da nação.

Fazer parte deste órgão seria a condição *sine qua non* para ser considerado ator e não mero espectador do espetáculo que seria a construção da “glória futura da pátria”. Não era à toa, portanto, que em seu artigo 13º, regulamentasse penalidades de admoestação, suspensão e eliminação para “faltas” como o “desrespeito a quem quer e onde for”, e atos contra “sua idoneidade moral, ou venha, de qualquer modo prejudicar o bom conceito da sociedade”<sup>23</sup>.

Nos seus departamentos o CEC buscava abranger quase todas as atividades lúdicas, culturais e artísticas que faziam parte do cotidiano discente da época. Em número de 16, tinham as seguintes nomenclaturas : Casa do Estudante; Polícia Estudantil; Departamento de Assistência; Escola 11 de Agosto; Escola 01 de Março; Escola 06 de Novembro; Folha Estudantil; Museu do Estudante; Biblioteca Estudantil; Departamento de Legislação; Escola Feminina de Cultura; Departamento de Educação; Departamento de Publicidade e Propaganda; Departamento de Cultura; Jazz Estudantil; Departamento de Estatística e Informações.

Cada um destes departamentos possuía seus próprios regimentos e organização interna, abarcando um considerável número de estudantes em suas atividades. Destaque-se como exemplo a Casa do Estudante:

Foi inaugurada em 01/03/33, com sede própria, onde o candidato a morador precisava atender uma série de requisitos: ser carente, provindo do interior e obedecer fielmente o regulamento;

*“pagar a mensalidade de oitenta mil réis, processada de duas vezes; fazer o depósito de 50% como garantia, ou apresentar ao diretor efetivo um documento firmado pelo punho de seu legítimo correspondente em que este assume a responsabilidade pela falta de algum pagamento daquele ou indenização por algum dano, porventura causado. O depósito será devolvido logo que finde o ano letivo e que o hóspede abandona a casa e etc”<sup>24</sup>.*

---

<sup>23</sup>Id. Ibid.

<sup>24</sup>CAMPOS, Eduardo. As atividades do CEC in Revista do Instituto Histórico do Ceará.p.137.1983.

O aumento pela procura da Casa logo tornou imperiosa a construção de uma sede própria ampla, de forma a acomodar confortavelmente a grande quantidade de pessoas que demandavam seus serviços. Foi iniciada então uma campanha pela construção de um novo prédio, na gestão de Ernesto Pedro dos Santos em 1935. Foi comprado um terreno na rua Nogueira Accioly com Pereira Filgueiras, onde se lançou a pedra fundamental em 1937, e só concluída em 1952. Até hoje se encontra no mesmo local. A casa recebia dotações dos governos municipais, estaduais e federais para ajudá-la na sua manutenção e na compra de alimentos para seus moradores. De uma certa forma, viabilizava uma assistência que deveria ser obrigação do Estado, mas que exercida por ela, retirava dos ombros deste as construções de residências estudantis.

As Escolas centristas, como parte dos departamentos, eram outras das atividades públicas assumidas pelo CEC. Embora constassem apenas três no estatuto de 1939, Bráulio Ramalho cita seis estabelecimentos primários noturnos, voltados para o atendimento de filhos de operários. Funcionavam em instituições de ensino público ou privado que ficavam ociosas à noite. O corpo docente era constituído por centristas ou outros voluntários que nada recebiam pelo ofício do magistério<sup>25</sup>. O próprio interventor do Estado, o cap. Roberto Carneiro de Mendonça, chegou a ensinar na Escola 11 de Agosto. A fiscalização dessas escolas era feita pela Diretoria de Instrução Pública do Estado.

A Folha Estudantal era um periódico de importância no Estado, chegando a constar nas listas dos Almanques ao lado de importantes jornais. Sua periodicidade era mensal, e possuía artigos de caráter político, literário, poético. Algumas de suas edições chegaram a possuir 96 páginas. Seu financiamento provinha dos anúncios de estabelecimentos comerciais e de ensino, como a Parada do Pobre(mercearia), Fernandes Júnior e Cia (representantes), Colégio Castelo Branco, Sapataria A Bota Inglesa, Livraria Quinderé, Sapataria A Vencedora, Exportadora Companhia Rovel s/a, Colégio Farias Brito, Chapelaria Duas Américas, Farmácia Humanitária, Dungan Hoode e Co.,Inc.(compradores de pele de cobras e ovelhas), Pontes e Vidal (exportadores), Salão Colares, Ginásio São João, Curso Particular do prof. Edilson Brasil Soárez (futuro Colégio 7 de Setembro); tudo isto apenas numa única edição de agosto de 1935.

Esta edição inclusive chegou-nos às mãos graças ao professor Bráulio Ramalho que gentilmente cedeu-nos para a pesquisa. Além disto, não nos foi possível encontrar

---

<sup>25</sup>RAMALHO,Bráulio. op.cit.p.25.

outros números, nem mesmo com antigas lideranças ou instituições de pesquisa do Estado. Eduardo Campos, entretanto, conseguiu pesquisar números da Folha de 1932 a 1936, que se encontravam na biblioteca pública Menezes Pimentel antes do incêndio que ocorreu em 1987, e que destruiu este material.

Campos aborda num artigo da Revista do Instituto do Ceará, a efervescência dos debates que ocorriam nas páginas da Folha, quando da visita de Plínio Salgado - chefe integralista - a Fortaleza, em dezembro de 1932. Artigos pró-integralistas saudando a doutrina do sigma apareciam ao lado de outros de caráter esquerdista que acusavam o movimento dos camisas-verdes como decadência do capitalismo.

Havia espaço para trabalhos literários em estilos de prosa, ficção, românticos e poesias oriundas da Escola Moça de Cultura - Departamento do Centro - e concurso de contos<sup>26</sup>.

O departamento que mais chama a atenção, no entanto, é a Polícia Estudantil. Para nossa contemporaneidade é no mínimo exótica a existência de um órgão repressor e disciplinador dentro de uma entidade estudantil. Segundo seu regimento interno, a função da PE era:

*funcionar como órgão preventivo junto à classe estudantil; evitar o mais possível que os estudantes freqüentem casas de jogos, “bas-fonds”, “cabarets” etc; manter um serviço de fiscalização permanente em todos os casos de diversões; trabalhar de acordo com a Polícia Civil do Estado afim de, com maior eficiência, manter a ordem junto à classe estudantil; levar ao conhecimento da diretoria do CEC todas as ocorrências havidas entre e com estudantes para que possa a mesma tomar as providências que julgue necessárias<sup>27</sup>.*

O professor Bráulio Ramalho deu um destaque nos seus estudos à PE, e fez uma série de observações que embora longas, transcrevemos para termos uma visão mais ampla da mesma.:

*“A PE era composta de quarenta membros. Para ingressar em seus quadros, o candidato deveria ser estudante centrista, ter bom comportamento, ser maior de 18 anos e possuir aparência de maior (O Policial 15/10/53). Os policiais integravam turmas que em rodízio, faziam rondas ou fiscalizavam locais ou casas de diversões. Tinham*

---

<sup>26</sup>CAMPOS, op. cit. pág.137

<sup>27</sup>Regulamento da Polícia Estudantil. Fortaleza. Tip. União. 1940.p.3.

*certa ascendência e status entre os estudantes não politizados, mesmo porque ‘o policial, quando a serviço tem livre acesso nos centros diversionais, exercendo em quaisquer circunstâncias, plena autoridade sobre os estudantes, em todo e qualquer lugar’(art.27 do regulamento).*

*O preceito da autoridade do estudante-policial sobre os estudantes não era simples letra morta. A Polícia Civil respaldava esta autoridade. A PE tinha uma sala onde trabalhava sua diretoria e onde eram detidos estudantes, no próprio prédio da Secretaria de Segurança Pública. Por este motivo e considerando a sua estrutura organizacional, a PE foi considerada por alguns como fascista”<sup>28</sup>.*

Américo Barreira, um estudante de esquerda nos anos 1930, declarou que “não era coisa propriamente fascista, mas era fascistóide. Era extremamente reacionária. Não era de dar pancadas. Não era a repressão violenta. Era para evitar o atrito, a contestação. Era para acomodar”<sup>29</sup>. No jornal, O Policial, encontra-se uma explicação para a PE: “amparar e educar a classe, impedindo violências contra a mesma e coibindo a molecagem e os vícios entre os estudantes menos disciplinados”<sup>30</sup>.

A justificativa para a existência da PE eram as mais diversas. Criada em 1932, seria uma polícia de costumes de estudantes com a finalidade de enquadrá-los num comportamento ideal de discente. A afirmação de um dirigente centrista deixa isto bem evidente: “Vereis nossa Polícia Estudantal, que conseguiu transformar o estudante cearense num colaborador efetivo da ordem e da disciplina, dignificando as fardas colegiais e zelando pelo nosso patrimônio moral”<sup>31</sup>.

Nos estatutos do CEC a P.E. era apresentada com a função “precípua de assegurar a disciplina entre os estudantes cooperando neste mister com a polícia civil” e que seria composta por centristas indicados pelos diretores dos estabelecimentos de ensino da cidade e aprovados pela direção do CEC.

Frases como “trabalhar de acordo”, “manter a ordem”, “coibir molecagem”, “enquadrar em comportamentos ideais”, “colaborar efetivamente com o governo”, “zelar pelo patrimônio moral”, explicitam uma preocupação na construção de um

---

<sup>28</sup>RAMALHO,Bráulio. Op.cit. p.29

<sup>29</sup>id.ibid.p.30

<sup>30</sup>O Policial 15/10/53 p.01. apud por Ramalho, Bráulio.op.cit.p.31.

<sup>31</sup>O Nordeste 16 de dezembro de 1941. p.03. Grifo nosso.

modelo de juventude que ao invés de contestar ou transgredir normas, auxiliaria na manutenção e preservação destas, para atingir-se um “futuro promissor”.

A ascendência e o status que os policiais tinham entre os estudantes é relevante para percebermos que o projeto acomodador, colaborador e coibidor do Estado Novo recebia um *feedback* por parte de segmentos estudantis que muitas vezes não se sentiam patrulhados, e sim protegidos por “sua própria polícia”. Criava-se um imaginário de uma efetiva participação do jovem nesta nova ordem, numa condição de autoridade disciplinadora respaldada pela polícia civil; visto que sua ação de regular comportamentos em espaços de lazer dava-se não só sobre estudantes, como também sobre jovens de outra condição social e mesmo público em geral, extrapolando o movimento estudantil.

O CEC além de fazer parceria com o Estado na assistência estudantil, na arte e cultura, também o fez no patrulhamento e disciplinamento dos estudantes, evidenciando uma comunhão de interesses.

Pode-se constatar, entretanto, nas entrelinhas de alguns artigos, a resistência de alguns setores a esta ordem opressora:

*“O CEC rejubila-se com a sua organização policial, aliás deficientíssima, pois só se limita a verificar se os sócios estão em dia nas bilheterias dos cinemas. Ora, essa polícia estudantil devia incumbir-se de tarefas mais elevadas e educadoras. Porque não policia ela as casa de diversões, onde menores estudantes se entregam a jogos proibidos? Porque não impede a entrada nos cinemas àqueles que têm idade abaixo da permitida para assistir a certos filmes? Porque não ensina os jovens a cumprir as regulamentações de trânsito, não atravessando as ruas fora das faixas?”<sup>32</sup>.*

Antes de significar uma provável ineficiência do papel repressor da PE, o artigo demonstra uma relutância de setores estudantis em enquadrarem-se na rígida estrutura determinada pelo estado repressor e que pareciam utilizar-se da “transgressão” para externar seus protestos contra aquela ordem.

Impressiona no estudo dos departamentos do CEC, a sua abrangência de atuação sobre o cotidiano acadêmico e extra-acadêmico dos estudantes no período. Isto não era

---

<sup>32</sup>O Nordeste 13 de novembro de 1941. p.02.

ocasional. Ao dar contas das diversas formas de atuação discente, conseguia-se cooptar para o CEC, qualquer forma de organização independente, forçando-os a agir no movimento sobre sua ótica assistencialista e “apolítica”. Qualquer semelhança com a estrutura sindical oficial imposta aos trabalhadores pela CLT naquele momento histórico, não era mera coincidência<sup>33</sup>.

### **ORGÃO SELECIONADOR E DISCIPLINADOR**

O CEC possuía uma boa noção de propaganda para divulgar sua imagem junto à sociedade. Seus eventos eram bem preparados e organizados. Eram em sua grande maioria de caráter festivo, comemorativo e sócio-desportivo. Recebiam uma boa cobertura da imprensa - pelo menos duas vezes ao mês ocupava espaços nos jornais, com uma frequência maior nos meses de abril e agosto com uma média de cinco vezes entre 1931 a 1943.

Além dos jornais tinha o apoio dos diretores de escolas e das autoridades governamentais, como comprova a nota da Diretoria Geral da Instrução para os diretores e professores estaduais, sobre o feriado do dia 11 de agosto devido apelo do CEC e apoiado pelo interventor do Estado<sup>34</sup>; além da Lei nº 138 de 06.08.36, publicada no Diário Oficial do Estado concedendo subvenções ao CEC para as festividades do 11 de agosto.

Alguns destes eventos homenageavam colégios da capital, onde eram visitados e reunidos seus estudantes para falar do CEC e de outros assuntos ligados à questão educacional. Nestas conferências, havia a exaltação ao nome da escola e apresentações culturais que davam o toque festivo do evento. Posteriormente, estas atividades passaram a se chamar “Mês da Propaganda Centrista”, sempre ocorrendo nos mês de abril.

No ano de 1942, por exemplo, foram promovidas palestras no CEC com o Dr. Madaleno Girão Barroso - professor da Faculdade de Direito - sobre o Estado Novo. Outras personalidades como Perboyre e Silva, Filgueiras Lima e José Waldo Ribeiro estavam listados para fazerem o mesmo. O encerramento do evento centrista ocorreria com uma concentração “monstro” na Cidade da Criança, “onde compareceriam todos os estudantes conterrâneos”<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup>vide CARONE, Edgar. Brasil. Anos de Crise. 1930 a 1945. São Paulo.Ed. Ática. 1991. pág.35-53.

<sup>34</sup>O Nordeste. 11.08.32.pág.05.

<sup>35</sup>O Nordeste. 24.04.43. pág.05.

Outro meio de divulgação era o Júri Histórico. A partir de um fato histórico do país montava-se um tribunal para julgar “réus” do período em questão . A composição do júri era formada pelas mais altas autoridades acadêmicas e políticas da sociedade cearense. Em 33, por exemplo, ocorreu o julgamento de Silvério dos Reis (delator da Inconfidência Mineira). O juiz era o Dr. Menezes Pimentel (futuro governador do Estado de 35 a 45) - diretor da Faculdade de Direito. Dentre os jurados personalidades como Jáder de Carvalho (jornalista) e José Parsifal Barroso (futuro governador do Estado 59 a 63). Os advogados de defesa e acusação eram representantes dos estabelecimentos de ensino, indicados por seus diretores<sup>36</sup>.

Um dos principais eventos periódicos do CEC era a comemoração do dia do estudante - 11 de Agosto - e data também de sua fundação. Um dia, onde o CEC era o principal foco de atenção do Estado. A imprensa em geral dedicava suas páginas ao relato de sua história e de seus feitos em prol dos interesses dos estudantes. As autoridades enviavam congratulações e o CEC preparava uma programação de um dia inteiro para comemorar a sua efeméride:

*“06:30 - Hasteamento da Bandeira Nacional à frente do CEC, pelas alunas da Escola Normal. Formarão então, todos os tiros colegiais da capital, sendo o ato abrilhantado pela Banda de Música do 23º BC; 07:30 - Missa na Matriz do Patrocínio, oficiada por s.excia.revdma.D. Manuel da Silva Gomes; 08:30 - Visita da diretoria do CEC à Escola 11 de Agosto, durante a qual se realizarão jogos desportivos pelos alunos da mesma; 10:00 - Matinal no cine Majestic, dedicado ao Dia do Estudante, comparecendo à mesma, incorporada a Escola 11 de Agosto; 12:00 - Almoço oferecido pela Casa do Estudante à Imprensa da Capital; 13:00 - Torneio desportivo no campo do Prado, no qual tomarão parte todos os “teams” colegiais da capital; 13:30 - Visita das autoridades estaduais e diretores de colégios às dependências centristas; 19:00 - Sessão solene no salão nobre da Fênix Caixeiral, em homenagem à passagem da data e na qual será coroada a rainha dos estudantes; 21:30 - Baile no Clube Iracema com que será encerrado o Dia do Estudante Cearense”<sup>37</sup>.*

---

<sup>36</sup>O Povo 20 de maio de 1933, p. 03.

<sup>37</sup>O Povo de 05 de agosto de 1933. pág.02.



Toda esta estrutura era assegurada por doações feitas pelo comércio da cidade, que ao fornecerem prêmios para a Rainha, o almoço e a festa dançante, tinham divulgado o nome do estabelecimento na Folha Estudantal e nos jornais.

A presença em solenidades oficiais dava também um destaque ao CEC no cenário municipal e estadual. Era convidado para a organização destas, geralmente públicas e em datas comemorativas com direito à palavra, evidenciando seu papel de apoiador da estrutura propagandística do Estado Novo. Exemplificamos com a homenagem prestada ao Aero Clube do Ceará pela entidade, onde o orador afirma o apoio “à patriótica campanha que atualmente se empreende neste Estado como em todo país em prol do desenvolvimento da nossa aviação civil”<sup>38</sup>. Ou quando promoveu uma sessão solene no auditório da Escola Normal Justiniano de Serpa, em comemoração ao Dia do Reservista, para apoiar a campanha de alistamento militar do governo<sup>39</sup>.

O CEC demonstrou-se pródigo nas solenidades de homenagem às personalidades do Estado. Homenageavam-se artistas, diretores de escolas, autoridades governamentais e setores do clero, para estreitar as relações e atender a questões de caráter mais imediato.

Um caso que ilustra bem estes interesses deu-se quando da eleição para a diretoria do CEC em 1941. Francisco Arruda candidato pela sétima vez ao cargo de presidente da entidade, teve a sua reeleição ameaçada por um grupo estudantil ligado a setores da Igreja, que embora reconhecessem em Francisco Arruda a condição de uma competente liderança, criticavam-no por ter uma “obstinação de ficar-se eternamente no meio do caminho e nessa passividade acomodada de não querer passar adiante”<sup>40</sup>.

Esta oposição, entretanto, não representava nenhum avanço em relação à política desempenhada pelo CEC até o ano de 41. Em seus discursos de campanha colocava o CEC na condição de “órgão de seleção de capazes”<sup>41</sup>. Ademais, o nome da chapa era 10 de maio em homenagem ao dia da fundação da Escola 11 de Agosto. A oposição apenas reivindicava oportunidades para participar dos cargos da entidade, sem pretensão de mudar seu caráter assistencialista e colaboracionista, visto que Francisco Arruda permaneceu à frente do CEC desde 1932, em nove legislaturas. Francisco Arruda seria o responsável pela marca moderada do CEC, dirigida para evitar conflitos e acomodar os

---

<sup>38</sup>O Nordeste de 07 de julho de 1941. p.08.

<sup>39</sup>O nordeste de 16 de dezembro de 1941. p. 08.

<sup>40</sup>O Nordeste de 23 de outubro de 1941. p.07.

<sup>41</sup>Id.ibid.

estudantes. Foi ele que em 1934, articulado com outros grêmios aprovou no estatuto do CEC a proibição de discussões políticas e religiosas nas sessões do CEC.

As críticas do grupo oposicionista baseavam-se na acusação de que Arruda “renegou o processo de renovar, a prática de experimentar os novos que vão surgindo (...) erro calamitoso e perigoso, pelo qual se poderia pensar que a mocidade estudiosa sofria de valores”<sup>42</sup>, e que já tinha dado provas de inteligência e capacidade e deveria seguir “chamamentos das adiantadas categorias de trabalho, deixando o exemplo e o lugar para que outros saibam continuar com acertos a obra começada”<sup>43</sup>.

Arruda vence a eleição. Inconformados os opositores fundam uma nova entidade a Federação Estudantal Cearense. Segundo seus fundadores “visava tirar o movimento estudantal da modorra deletéria em que viviam e escrever um novo capítulo na história do estudante da terra alencarina”<sup>44</sup>.

Dentre as formas do CEC de garantir seus papéis hegemônicos, ameaçados pela FEC, destacou-se a homenagem ao arcebispo de Fortaleza Dom Antônio de Almeida Lustosa, em 05 de dezembro de 1941. A essência do ato visava atrair do homenageado a simpatia para a defesa do CEC, que estava sendo combatido por setores da própria Igreja, articuladores do grupo oposicionista. Ao que parece o intento foi conseguido, pois logo após o evento a FEC deixou de aparecer nas páginas do jornal católico O Nordeste.

A Federação Estadual Cearense não se consolidou. Conseguiu entretanto, acabar com a obrigatoriedade de apresentar a caderneta do CEC para aquisição de passes de bondes, passando a se exigir somente a identificação da escola onde o aluno estudava<sup>45</sup>.

Esta divisão, entretanto, preocupou sobremaneira vários segmentos da sociedade, que em artigos expunham seus temores:

*“Só a mão forte governamental poderá evitar a derrocada em começo. E concorrer para que não pereça na voragem das coisas que se foram uma organização que tanto recomendava o espírito organizador do cearense e tão bem falava da nossa juventude”*<sup>46</sup>.

A matéria terminava reivindicando a intervenção do governo do Estado nas duas entidades para não dividir o movimento. As repercussões desta divisão no periódico

---

<sup>42</sup>O Nordeste de 23 de outubro de 1941. pág.07.

<sup>43</sup>O Nordeste de 25 de outubro de 1941. pág.03.

<sup>44</sup>O Nordeste de 04 de novembro de 1941.p.05.

<sup>45</sup> O Nordeste de 29 de julho de 1941, p. 02

<sup>46</sup> O Nordeste de 07 de novembro de 1941.p.04.

católico evidenciam o papel da entidade como fomentadora da fraternidade dos estudantes entre si e com a sociedade<sup>47</sup> e de como o CEC conseguiu tirar do estudante cearense aquela:

*“feição boêmia em que se consumia, sem proveito para a sua formação mental e moral, e enveredou por um caminho certo, construtivo, seguro, magnífico, que há de entregá-lo mais tarde, à vida social, como homem completo, percuciente, laborioso e sobretudo, organizado”*<sup>48</sup>.

O reconhecimento das autoridades governamentais dos bons préstimos do CEC para a tarefa de manutenção e reprodução da ordem no seio da comunidade estudantil, pode ser medida pelo Decreto nº.67 de 09 de agosto de 1935. Este decretava “feriado em todo o território estadual, o dia 11 de agosto, data de fundação do CEC e dos cursos jurídicos no Brasil - como Homenagem à classe estudantil”<sup>49</sup>. Tal data posteriormente foi adotada nacionalmente.

A importância do CEC para estes setores conservadores, estaria no seu papel de órgão selecionador, com função teleológica de apontar os melhores elementos e salientar-lhes as características pessoais, integrando-os nas diversas esferas da ação humana<sup>50</sup>. Teria ainda o papel de fornecer os quadros mais capacitados para o funcionamento e reprodução da ordem sócio-política, que era a principal preocupação das elites dirigentes da época. Além de criar esta classe estudantil ordeira e colaboradora, forneceu importantes quadros ao Estado como se exemplifica na pessoa de Fran Martins, que após ocupar a direção do CEC na década de 30 assumiu a chefia do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda no Ceará no ano de 1937.

### **ÁPICE DA HEGEMONIA E COMEÇO DO DECLÍNIO**

As “conquistas” do CEC, como abatimentos e assistências médicas, odontológicas etc. eram apresentadas como produto do diálogo e da concórdia com as autoridades e empresários. Atitudes que acaso surgissem fora desta harmonia sofriam censura do CEC. Para exemplificação cite-se a condenação da luta dos estudantes cariocas que

---

<sup>47</sup> O Povo 04 de agosto de 1933. p.03.

<sup>48</sup> O Povo 11 de agosto de 1933. p.01.

<sup>49</sup> Diário Oficial do Estado do Ceará de 10 de agosto de 1935.p.07.

<sup>50</sup> O Nordeste de 28 de outubro de 1941. pág.07

reivindicavam a meia entrada nas casas de diversões e que entraram em choque com a polícia<sup>51</sup>.

Em alguns momentos, entretanto, o CEC foi arrastado pelos estudantes em ações mais radicais na preservação de seus interesses ameaçados. Um destes momentos se deu em 1940, contra o aumento dos transportes públicos e contra a tentativa de acabar com a meia-entrada nos cinemas do Grupo Severiano Ribeiro. O testemunho de Cândido Couto um dos participantes desta luta dá-nos uma idéia do fato:

*“O que é certo é que se reuniram uns 70 estudantes. Então quebraram os vitrais de entrada. Nesse momento, o Falconière, que era o homem forte, colocou metralhadoras na praça do Ferreira para exigir que nós saíssemos do cinema. O cinema estava cheio de estudantes. Então o Severiano Ribeiro, o gerente, fez um apelo para que não danificássemos mais o patrimônio da empresa que ele garantia o abatimento. Então nós saímos do cinema e fizemos um comício na Praça do Ferreira onde antigamente tinha um coreto. Dali nós saímos satisfeitos com a vitória”<sup>52</sup>.*

Ações como estas, eram abafadas de forma a serem rapidamente esquecidas. A marca caracterizadora das atividades do CEC era a pacificação, a acomodação. Segundo Américo Barreira o CEC teve um papel de:

*“moderado, acomodado, não promovia greves, evitava o confronto com as autoridades, com as direções dos estabelecimentos, mas abriu o caminho, de qualquer maneira, porque nessa época os movimentos estudantis eram muito pouco expressivos aqui no Ceará, embora já houvesse algum movimento. E o Arruda teve um papel e assumiu, foi aceito, procurava apoio e encontrou aqui, acolá. A própria sociedade, eu acho, compreendia que era bom prestigiar aquilo que não lhe criava problemas, não a molestava”<sup>53</sup>.*

---

<sup>51</sup>O Nordeste de 30 de agosto de 1935. p.02.

<sup>52</sup>Entrevista com Cândido Couto in. Ramalho. op. cit. pág.30.

<sup>53</sup>id. ibid.,

Isto explica o fato de que até 1943, o CEC manteve-se como sinônimo de estudantes secundaristas e universitários no Estado do Ceará. Monopolizou tal representação também nos eventos nacionais, como na fundação da UNE em 1937. Neste, teve um papel de destaque, como se percebe da escolha do representante do CEC, Walter de Sá Cavalcante, para discursar em nome da entidade na audiência com o presidente Getúlio Vargas. Neste mesmo congresso, Walter de Sá é eleito primeiro vice-presidente da UNE<sup>54</sup>.

O destaque do CEC no cenário nacional pode ser medido também pelo sedimento do V Congresso Centrista dos Estudantes Brasileiros, em 05 de agosto de 1941. O congresso tinha como objetivo “a luta pela arregimentação de toda a classe dos estudantes numa organização centrista de âmbito nacional”<sup>55</sup>. O patrono do congresso era o governador do Estado Menezes Pimentel e o prefeito de Fortaleza Raimundo de Alencar Araripe. O presidente de honra era Getúlio Vargas.

Este evento tinha como finalidade a criação de uma entidade estudantil de cunho nacional, em mesmos moldes do CEC e da CEB, que o Governo Central chamava de “Juventude Brasileira”, que seria diretamente subordinada ao ministério da Educação.

A proposta da criação da Juventude Brasileira surgiu em 1940 e intentava-se montá-la na mesma estrutura da Balila e Avanguardisti da Itália e da juventude hitlerista da Alemanha. Segundo o governo, os propósitos desta juventude seriam o de promover a educação física, moral e cívica dos jovens brasileiros<sup>56</sup>.

Pelo decreto federal nº 4101 de 09 de fevereiro de 1942, foram estabelecidas as bases organizacionais da Juventude Brasileira. Seria formada obrigatoriamente pelas crianças de sete a dezoito anos, que estudassem nos estabelecimentos educacionais. Em cada um destes, haveria um centro cívico da juventude que contariam com a “cooperação” de todos os professores<sup>57</sup>. Tinha uma direção nacional subordinada ao ministro da Educação e direções regionais subordinadas à direção nacional. Dividia-se

---

54 POERNER, Artur. op.cit. p.134.

55 Jornal do Comércio. Recife 03 de outubro de 1941. Apud ARRUDA, Raimundo. op.cit.p.35.

56 Id,ibid., p.115.

57 Decreto nº4101 de 09 de fevereiro de 1942 in Diário Oficial do Estado do Ceará de 12 de dezembro de 1942.

em ala menor (formada pelos alunos do primário) e ala maior (formada pelos secundaristas).

Esta tentativa de criação da Juventude Brasileira foi duramente criticada pela UNE, que via-na como uma sombra sobre sua hegemonia no meio estudantil. Foram a partir dos duros ataques da UNE à esta entidade, que ela foi abandonada pelo governo em 1943<sup>58</sup>, no mesmo momento em que uma forte mobilização anti-fascista era iniciada pela UNE e que culminaria na entrada do Brasil na II Guerra ao lado dos Aliados. Caso a Juventude Brasileira fosse à frente, o CEC com certeza teria um papel importante na sua estrutura executiva.

Esta hegemonia cequiana, entretanto, começou a sofrer os primeiros golpes a partir de 1942, quando foi fundada a União Estadual dos Estudantes que congregava os universitários do Ceará.

A UEE-CE promoveu campanhas importantes como a Venda dos Bônus de Guerra e a Campanha da Borracha no ano de 1943. Ambas, estavam no bojo da luta antifascista comandada pela UNE. Realizou ainda a Semana Anti-nazista em 06 de agosto de 42, com comícios e passeatas na capital e no interior. Chegou inclusive a ter um espaço diário no programa do Departamento Estadual de Informação e Propaganda (DEIP), transmitido em cadeia estadual de rádio. Estes eventos da UEE-CE produziram um descenso no papel hegemônico que o CEC vinha tendo até aquele ano e passa a uma condição de coadjuvante no meio do movimento universitário .

A decaída do CEC pode ser explicada quando constatamos que 1942 é o ano das grandes manifestações estudantis lideradas pela UNE de caráter antifascista e que exigiam a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados, provocando crise no governo culminando na demissão de Felinto Müller, Francisco Campos e Lourival Fontes - setores do governo simpáticos às potências do Eixo. Como entidade que pregava o apoliticismo, num momento de grande efervescência política, o CEC foi perdendo espaços para a UEE-CE que seguia as diretrizes oriundas da direção nacional da UNE.

A própria estrutura que dava sustentação ao CEC, entrou em crise; pois a defesa dos ideais democráticos contra o nazifascismo por tabela atingia o Estado Novo, que fingindo não caber a si as críticas contra os regimes italiano e alemão, se viu obrigado a ceder espaços para a criação de oposições internas e de uma distensão política. É sintomático que o fim da hegemonia do CEC coincida com a crise do Estado Novo.

---

58 POERNER, Artur José. O Poder Jovem. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1979, 2ª ed. pág.53.